

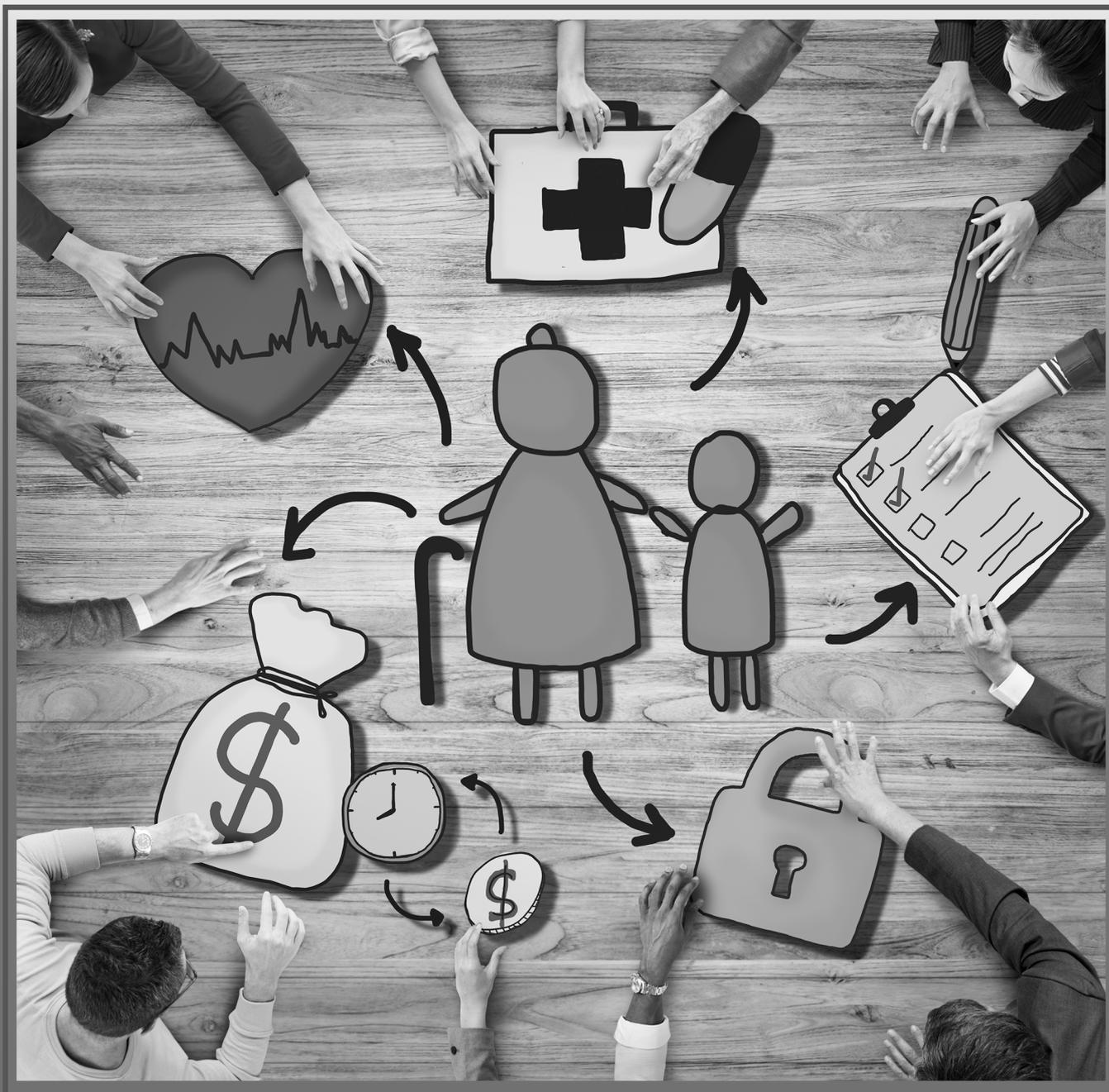


# Processos de Subjetivação no Serviço Social

## 3

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020



# Processos de Subjetivação no Serviço Social

## 3

Thaislayne Nunes de Oliveira  
(Organizadora)

**Atena**  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Processos de subjetivação no serviço social

3

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Thaislayne Nunes de Oliveira

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P963 Processos de subjetivação no serviço social 3 [recurso eletrônico] /  
Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR:  
Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-233-3

DOI 10.22533/at.ed.333203007

1. Assistência social. 2. Política social – Brasil. 3. Serviços  
sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de.

CDD 361

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**

## APRESENTAÇÃO

Caro leitor, é com imenso prazer que apresento a coletânea: “Processos de Subjetivação no Serviço Social”, composta por 88 trabalhos organizados em 5 volumes. Esta coletânea exhibe textos sobre as múltiplas facetas do processo de trabalho do Assistente Social e análises de diferentes políticas públicas brasileiras.

Como é sabido, o contexto brasileiro é permeado por contradições históricas. Ouso sinalizar a atual conjuntura centrada em discussões rasas, com a propagação do senso comum como verdade absoluta. Portanto, torna-se ainda mais necessário dar visibilidade a estudos técnicos e científicos. Sendo assim, esta leitura é imprescindível durante a formação profissional e também aos assistentes sociais, pois, contribui significativamente com reflexões sobre os nós, entraves e questões contemporâneas, que perpassam o cenário brasileiro e respectivos desdobramentos na profissão e nas políticas públicas.

Os dois primeiros volumes reservam a discussão do Serviço Social, abordando a formação profissional, apontamentos sobre os Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, da questão social, do Projeto Ético Político, da instrumentalidade. Além das discussões acerca das dimensões profissionais e das vulnerabilidades correspondentes às experiências em diversos espaços socioocupacionais.

O terceiro volume discorre prioritariamente sobre diferentes políticas públicas, como: política de saúde, política de saúde mental, promoção de saúde dos idosos. Além do mais, este volume possibilita a visibilidade para estudos variados acerca das inúmeras situações que perpassam a vida das mulheres brasileiras.

O quarto volume expõe: adoção, adolescentes, medidas socioeducativas, drogas, violência, família, idosos. As respectivas análises são distintas, porém, demonstram aspectos que perpassam a vida brasileira, sobretudo pela abordagem do recorte de classe e étnico-racial.

Por fim, e não menos importante, o quinto volume exhibe novamente especificidades das políticas públicas, evidenciando a discussão sobre a questão do território, questão urbana, saneamento básico, seguridade social, política de assistência social. Este volume apresenta ainda discussão sobre questão étnico-racial, racismo e refugiados.

Como foi possível perceber os livros contemplam análises abrangentes, que convergem e se complementam sob a ótica do contexto histórico brasileiro e suas respectivas contradições sociais. Vale ressaltar, que os cinco volumes contribuem com a análise das políticas públicas mais empregadoras dos assistentes sociais no Brasil, motivo pelo qual se ratifica a importância desta leitura aos acadêmicos e ainda para fins de atualização profissional.

Desejo a todas e todos excelente leitura!

Thaislayne Nunes de Oliveira

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“NEM NASCER, NEM MORRER”: A AUSÊNCIA DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO NA TRAJETÓRIA DE VIDA DE MULHERES E HOMENS EM SOFRIMENTO MENTAL MORADORES DE ÁREAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE CALUMBI-PE	
Rebeca Ramany Santos Nascimento Alessandra Aniceto Ferreira de Figueirêdo Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3332030071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>21</b>
PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE BARRETO/BARRAMARES – MACAÉ/RJ: A MULHER COMO FIGURA REPRESENTATIVA NA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA	
Elaine da Costa Feitosa Pinto Gisiane de Mello Corrêa Labre	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3332030072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
PREVENÇÃO DE ABORTAMENTO INSEGURO JUNTO A MULHERES EM SITUAÇÃO DE POBREZA	
Viviane Aparecida Siqueira Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3332030073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
SAÚDE MENTAL E A QUESTÃO DAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: NARRATIVAS DE MULHERES EM UM CAPS AD	
Ana Alice Firmino de Barros Maria Isabelly Silva Pereira de Lima Rafael Nicolau Carvalho Alecsonia Pereira Araújo Danielle Viana Lugo Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3332030074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
PARA ALÉM DO DIAGNÓSTICO: O COTIDIANO DE MULHERES VIVENDO COM HIV/AIDS	
Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento Rafael Nicolau Carvalho Alecsonia Pereira Araújo Danielle Viana Lugo Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3332030075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
RACISMO INSTITUCIONAL NA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE SEU IMPACTO NO CORPO DA MULHER NEGRA	
Noemi Cristina Ferreira da Silva Angélica de Jesus Conceição Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3332030076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL COM ACOMPANHANTES DE USUÁRIOS DE UM HOSPITAL PÚBLICO DE FORTALEZA: TECENDO A PROMOÇÃO DA SAÚDE E O EMPODERAMENTO	
Neubejamia Rocha da Silva Lemos Cynthia Santos Neder Thomé	

Danielle de Menezes Vieira  
Érica Silva Meneses  
Lisiane Melo de Carvalho  
Valesca de Sousa Brito  
Vivianny Mary Jucá Bezerra

**DOI 10.22533/at.ed.3332030077**

**CAPÍTULO 8 ..... 82**

RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE E O SERVIÇO SOCIAL: REFLEXÕES E DESAFIOS DO TRABALHO PROFISSIONAL

Kelly Bezerra de Oliveira  
Larissa Maria Souto Moura

**DOI 10.22533/at.ed.3332030078**

**CAPÍTULO 9 ..... 89**

ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO HOSPITAL MUNICIPAL SÃO CAMILO DE LÉLLIS

Jéssica Katariny Oliveira da Silva  
Andressa Sonja Pereira de Castro

**DOI 10.22533/at.ed.3332030079**

**CAPÍTULO 10 ..... 97**

ENTRE A LOUCURA E AS MÚLTIPLAS LUTAS PELA SOBREVIVÊNCIA: FAMILIARES NA DESINSTITUCIONALIZAÇÃO EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Lucia Cristina dos Santos Rosa  
Sâmia Luiza Coêlho da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.33320300710**

**CAPÍTULO 11 ..... 108**

A MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIAS COMO SUPORTE PARA A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE NO BRASIL

Paula Martins da Silva Costa  
Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho

**DOI 10.22533/at.ed.33320300711**

**CAPÍTULO 12 ..... 125**

ESPAÇO PROMOTOR DE SAÚDE: UMA ESTRATÉGIA PARA A QUALIDADE DE VIDA DO IDOSO À LUZ DA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Christiane Silva Bitencourth Vilela  
Ana Lúcia da Silva Dias  
Juliana Rodrigues Freitas  
Adma Oliveira Lima  
Valeria Cristina da Costa Rosa

**DOI 10.22533/at.ed.33320300712**

**CAPÍTULO 13 ..... 133**

REQUISIÇÕES AOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

Suzérica Helena de Moura Mafra  
Eliana Andrade da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.33320300713**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 144**

**ÍNDICE REMISSIVO ..... 145**

## REQUISIÇÕES AOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS EM TEMPOS DE PRIVATIZAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

*Data de aceite: 01/07/2020*

*Data de submissão: 02/04/2020*

### **Suzérica Helena de Moura Mafra**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, IFRN  
Natal – Rio Grande do Norte  
<http://lattes.cnpq.br/1604277551113450>

### **Eliana Andrade da Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN  
Natal – Rio Grande do Norte  
<http://lattes.cnpq.br/2216989230807890>

**RESUMO:** Este trabalho analisa o processo de criação da EBSEERH e os rebatimentos da sua implementação na alteração das requisições profissionais. A pesquisa foi desenvolvida por meio de análise documental, bibliográfica e de campo. Os resultados revelam que as requisições deste modelo gerencial conformam um determinado perfil profissional, que evoca o passado conservador da profissão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Requisições; Serviço Social; Empresariamento; Saúde.

### REQUESTS TO SOCIAL WORKERS IN TIMES OF PRIVATIZATION OF HEALTH POLICY

**ABSTRACT:** This paper analyzes the process of creating the Ebserh and the repercussions of its implementation in changing professional requests. The research was developed through documentary, bibliographic and field analysis. The results reveal that the requests of this managerial model conform a certain professional profile, that evokes the conservative past of the profession.

**KEYWORDS:** Requests; Social Work; Business model; Health.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o processo de implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEERH na gestão dos Hospitais Universitários, como expressão do processo de empresariamento e privatização da política de saúde, enfatizando as implicações deste para o exercício profissional dos(as) assistentes sociais, partícipes dos processos de trabalho coletivo em saúde.

As análises ora apresentadas são

provenientes de uma pesquisa realizada com 7 assistentes sociais que trabalham ou trabalharam no setor pediátrico de um Hospital Universitário em Natal/RN, entre os anos de 2012 e 2017, período que compreende a transferência de gestão da referida unidade hospitalar para a EBSEH. O estudo foi desenvolvido com o objetivo apreender, os rebatimentos deste processo, particularmente no que se refere a requisições profissionais para os(as) assistentes sociais.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados como recursos metodológicos a revisão bibliográfica, a análise documental e entrevistas semiestruturadas. Este trabalho foi resultado de uma pesquisa realizada entre os meses de maio a novembro de 2018, e apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em atenção à saúde da criança, no Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde da UFRN. A pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes – CEP/HUOL, e atende os requisitos éticos em pesquisa.

Por fim, este artigo se está organizado em duas sessões principais de discussão, abordando inicialmente os descaminhos da Política de Saúde no Brasil sob a égide do projeto neoliberal, analisando nesse contexto a criação da EBSEH como manifestação concreta do projeto privatista da saúde. Em seguida, analisamos como este processo incide sobre o trabalho dos(as) assistentes sociais, identificando as requisições deste modelo gerencial, o qual conforma um determinado perfil profissional, que evoca um posturas conservadoras que contrariam as atuais direções ético-políticas da categoria. Por fim, trazemos algumas considerações conclusivas desse estudo.

## **2 | INFLEXÕES NEOLIBERAIS NA POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL: BREVE ANÁLISE SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA EBSEH E AS INCIDÊNCIAS NO TRABALHO DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**

Partindo de uma análise conjuntural e política, se faz necessário situar a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (2011) como expressão do processo de privatização e empresariamento da Política de Saúde no Brasil, que sob a égide do projeto neoliberal em curso, vem sofrendo – assim como as demais políticas e direitos sociais implementados no país – as implicações advindas do aprofundamento da crise do capital.

Para Mézáros (2011) a crise do capitalismo que experienciamos na atual conjuntura é essencialmente estrutural, constituída de ciclos de intensidade e duração e variadas, sendo este o modo natural de existir do capital, concebendo nestes ciclos “maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 795). Os desdobramentos do atual estágio dessa crise vêm sendo potencializados em escala

global por meio do avanço do projeto neoliberal – sobretudo a partir da década de 1970 –, que, segundo Harvey (2005, p. 13)

o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado.

De acordo com o autor, o neoliberalismo objetiva reorganizar o capitalismo internacional e o aparelho estatal, não só economicamente, mas politicamente, tratando-se assim, de um projeto de classe, que visa reaver o poder das elites econômicas (que se encontravam ameaçados no século XX pelos ideários socialistas), criando novas e favoráveis condições de acumulação capitalista.

Netto e Braz (2012) apontam que o neoliberalismo atua para romper com todas as restrições sociopolíticas que interferem no movimento socioeconômico da sociedade. Ao propagar a falsa ideia de liberdade individual, o projeto neoliberal reveste a liberdade de mercado, que é a que conduz o neoliberalismo, e para que esse pressuposto se desenvolva na sociedade, é imprescindível a abstenção do Estado da regulação econômica. Assim, a tendência do modelo neoliberal é um estado mínimo para o trabalho, e máximo para o capital. (NETTO; BRAZ, 2012)

Nesse contexto, o cenário brasileiro é marcado por tendências paradoxais na década de 1990 (CASTILHO *et al*, 2017), com a expansão do projeto neoliberal na América Latina, legitimado com o Consenso de Washington (1989), coexistindo com a então recente promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual marca historicamente o reconhecimento de importantes direitos sociais, resultado da constante luta dos movimentos sociais. Assim, as conquistas sociais consagradas na Carta Constituinte passam a ser fortemente ameaçadas, em um constante processo de desmonte dos direitos e políticas sociais, ocasionado pela “afirmação das contrarreformas de cunho neoliberal, defendidas pelas agências internacionais.” (CFESS, 2013, p. 18).

Assim, sob o pressuposto de intervenção mínima do Estado na economia, o direito passa a ser compreendido como direito de mercado, e os serviços e políticas sociais nesse contexto tendem a ser focalizados e residuais, quando passam a ser fornecidos também pelo mercado, a quem o Estado tem transferido a responsabilidade deste provimento (BEHRING; BOSCHETTI, 2012). A Reforma do Estado (1995) proposta pelo então ministro Bresser Pereira durante governo de Fernando Henrique Cardoso, congrega os pressupostos neoliberais do Estado Mínimo, ao propor “reconstruir o Estado, de forma que ele não apenas garanta a propriedade e os contratos, mas também exerça seu papel complementar ao mercado na coordenação da economia e na busca da redução das desigualdades sociais” (BRASIL, 1995, p. 55-56).

Sob o signo de reforma gerencial, o Estado brasileiro tem legitimado seu redimensionamento, atuando agora como complementar ao mercado, repercutindo

diretamente no provimento das políticas e serviços sociais, as quais passam a ter suas ações geridas por Organizações Sociais. Para Simionatto e Luza (2011, p. 216-217)

A reconfiguração do Estado e da sociedade civil, na esteira dos pressupostos da Terceira Via, vem (...) permeando a realidade brasileira num processo acelerado de contrarreformas, especialmente no campo das políticas sociais, em que o empresariamento e a refilantropização passaram a delinear as formas de enfrentamento da questão social com políticas de privatização, terceirização, parcerias público-privado e fundações, práticas entranhadas na atual conjuntura, nas diferentes esferas de governo.

Neste sentido, é no bojo das contradições provenientes do redimensionamento do papel do Estado e do acirramento da luta de classes no atual contexto neoliberal se situa a análise sobre o desmonte das políticas sociais, e dentre elas, a política de saúde aqui destacada.

A Política de Saúde no Brasil, tal como preconizada constitucionalmente, teve seu embrião nas lutas do Movimento da Reforma Sanitária, a partir de meados dos anos 1970, que propunha mudanças no modelo de assistência à saúde, por meio de um Sistema Único de Saúde, público e universal; e na própria concepção de Saúde prevalente à época, considerada apenas como ausência de doença. Tal conceito embasava o modelo biomédico-curativo de modo central na assistência à saúde.

Na concepção do Movimento de Reforma Sanitária, a saúde passa a ser vista como um conjunto de determinantes socioeconômicos, biológicos, ambientais, culturais e políticos que determinam a condição de vida da população. Esta nova concepção de saúde guiou a formulação do SUS, que é um dos principais ganhos desse movimento, consagrado na 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986. (BRAVO; MATOS, 2009). Dessa forma, “a principal proposta da Reforma Sanitária é a defesa da universalização das políticas sociais e a garantia dos direitos sociais” (CFESS, 2013, p. 17).

No atual contexto de crise do capital se acirra o embate hegemônico entre o Projeto Privatista da Saúde – que tem sido hegemônico desde a década de 1990 – e a Reforma Sanitária. Este embate se radicaliza no tempo presente marcado pelo ajuste fiscal e impõe para a saúde o projeto privatizante, ou seja:

O projeto da saúde articulado ao mercado ou à reatualização do modelo médico assistencial privatista está pautado na Política de Ajuste, que tem como principais tendências: a contenção dos gastos com racionalização da oferta e a descentralização com isenção de responsabilidade do poder central. A tarefa do Estado, nesse projeto, consiste em garantir um mínimo aos que não podem pagar, ficando para o setor privado o atendimento aos que têm acesso ao mercado. (CFESS, 2013, p. 20)

Essa nova conformação da política de saúde no Brasil afeta diretamente as condições de vida da classe trabalhadora, degradando-as exponencialmente, bem como, interfere diretamente nos processos coletivos de trabalho na saúde, nos quais os(as) assistentes sociais são partícipes. Assim, ressalta-se aqui que este contexto elucidado de aprofundamento de crise do capital e legitimação dos pressupostos neoliberais ocasionam destrutivas repercussões no mundo do trabalho (ANTUNES, 2006), no qual se insere o(a)

Assistente Social como trabalhador(a) assalariado.

Com isso, os(as) profissionais tem se defrontado cotidianamente com os desafios advindos desse processo, que agrava a Questão Social à medida que acirra as contradições entre capital e trabalho, sendo possível apreender este processo tanto na complexidade das demandas provenientes dos usuários nesse contexto, quanto nas determinações que incidem sob o mundo do trabalho, e, conseqüentemente, para os(as) assistentes sociais. Neste sentido,

A nova configuração da política de saúde vai impactar o trabalho do assistente social em diversas dimensões: nas condições de trabalho, na formação profissional, nas influências teóricas, na ampliação da demanda e na relação com os demais profissionais e movimentos sociais. Amplia-se o trabalho precarizado e os profissionais são chamados a amenizar a situação da pobreza absoluta a que a classe trabalhadora é submetida. (CFESS, 2013, p. 21)

Partindo do pressuposto que o(a) assistente social não detém um processo de trabalho exclusivamente seu, mas que se insere no âmbito dos processos de trabalho das instituições – ainda que participando destes com autonomia ética e técnica (IAMAMOTO, 2012) – compreende-se que são “as particularidades dos processos de trabalho que, em circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão, ainda que esta não perca sua identidade.” (IAMAMOTO, 2012, p. 106)

O que essas constatações tem a nos dizer? Que os processos de trabalho em que o(a) assistente social se insere não são impermeáveis, ou seja, que eles se situam no feixe das contradições da atual sociabilidade, de forma dinâmica, alterando-se constantemente conforme o movimento do real. Assim, as determinações macroeconômicas e políticas do capital tem forte incidência no trabalho dos(as) assistentes sociais, provocando-lhes constantes desafios, novas requisições e conformando diferentes perfis profissionais.

Vale salientar, portanto, que essas determinações não se dão de forma mecânica para os profissionais: a direção social assumida pela profissão em seu Projeto Ético-Político, no Código de Ética Profissional (1993) e na Lei de Regulamentação (Lei nº 8.662/93), bem como, nos debates acumulados pelo conjunto da categoria, constituem um horizonte interventivo e crítico que possibilita aos(as) assistentes sociais realizar constantes mediações acerca da atual conjuntura e sua contínua mutabilidade. A esse respeito, Raichelis (2017, p. 62) assevera que o Projeto Ético-Político profissional cumpre “função estratégica de articulação e busca de unidade política na diversidade da categoria profissional, o que abre possibilidades de fortalecimento de contratendências à ordem hegemônica do capital”.

Neste sentido, se faz necessário problematizar, no âmbito da política de saúde, como o atual contexto de privatização e empresariamento da saúde no Brasil tem incidido sobre as determinações e requisições aos(as) assistentes sociais, analisando este processo no âmbito da implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, a qual expressa um passo largo que foi dado na direção do projeto privatista

e na contramão dos pressupostos do atual Sistema Único de Saúde, considerando seu protagonismo na gestão da maioria dos Hospitais Universitários do país atualmente.

### **3 | DEMANDAS E REQUISIÇÕES AOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS**

Diante do percurso sociopolítico e histórico brevemente traçado, concordamos com a tese defendida por Mota (2015, p. 246), a qual assevera que “a crise econômica, social e política dos anos 80 constitui a base material, com base na qual as ideologias práticas de origem neoliberal ampliam-se, desdobram-se e formam uma cultura política”. Esse contexto neoliberal gesta novas formas de tratamento da questão social brasileira, as quais se situam na “passagem do fundamento da legitimação sistêmica das lógicas democráticas (particularmente no âmbito estatal) para as lógicas da sociedade civil e do mercado.” (MONTAÑO, 2010, p. 188).

É, portanto, neste cenário que a profissão é interpelada pelas determinações macroscópicas e sua inserção no mundo do trabalho é modificada. Consideramos que os processos de alteração do mundo do trabalho e de reconfiguração das funções estatais interferem na profissão. Assim, a contrarreforma do Estado – fundada nas diretrizes da Reforma Gerencial do Estado de Bresser Pereira – objetiva

tornar muito mais eficientes as atividades exclusivas de Estado, através da transformação das autarquias em “agências autônomas”, e tornar também muito mais eficientes os serviços sociais competitivos ao transformá-los em organizações públicas não-estatais de um tipo especial: “as organizações sociais (BRASIL, 1995, p. 56).

Neste contexto, a orientação das políticas sociais é profundamente alterada, sendo agora o mercado “a instância, por excelência, de regulação e legitimação social” (MONTAÑO, 1995, p. 188), reconfigurando também a condição da classe trabalhadora, não mais composta por sujeitos de direitos, mas por cidadãos-consumidores. (MOTA, 1995)

Para efeito de nossas análises podemos inserir a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH (Lei nº 12.550/11) como parte dos processos de ajuste capitalista e de contrarreforma do Estado, a qual consagra no Brasil a legitimação do projeto societário vigente, que atua no reordenamento das políticas sociais sob os moldes do mercado, tendo como importante meio de realização dessa desresponsabilização estatal, a transferência da gestão e do provimento dos serviços sociais públicos para as Organizações Sociais.

sob a forma empresarial pública de direito privado alçou os HUFs inseridos em sua rede a patamares mais elevados de eficiência e controle administrativos, evidenciação de informações contábeis e transparência de eventos que afetam a situação patrimonial, econômica e financeira dessas entidades. (PORTAL DA EMPRESA BRASILEIRA..., 2019)

Ao analisar os princípios que norteiam a ação da EBSEH, se faz mister a

compreensão de que este processo altera a lógica administrativa da instituição, como também os processos de trabalho em que se inserem os(as) profissionais. Estes princípios são traduzidos na: “(a) orientação por metas; (b) busca por lucro e (c) a não previsão do controle social.” (OLIVEIRA, 2014, p. 144).

Nesse sentido podemos observar que os princípios da EBSEERH seguem a lógica empresarial especialmente na busca por lucro e a orientação de alcance de metas, sem considerar o controle social. Estes mesmos princípios confrontam as diretrizes nas quais se fundam o trabalho do Assistente Social, bem como as diretrizes da Reforma Sanitária. Observamos um embate entre um projeto que impõe as categorias profissionais atuantes na saúde intervenções produtivistas, baseadas no caso clínico, endógenas e hierarquizadas quando o SS pauta sua intervenção na nas determinações sociais da saúde.

Ao dialogar com os(as) assistentes sociais da unidade hospitalar pesquisada, acerca de como analisam o processo de transição para gestão EBSEERH, foram obtidos os seguintes relatos:

Vários profissionais fizeram mobilizações contra a empresa, em nome da gestão pública e contra a inserção da lógica empresarial na saúde. (...) essa questão da gestão foi bem problemática. (...) Em suma, não houve diálogo com os profissionais da saúde. Foi uma coisa meio de cima para baixo. Eu sempre via todos os profissionais estressados e apreensivos com tudo isso. (Assistente Social 01)

Hoje atendendo as situações de adoecimento do servidor, é um alto índice de adoecimento. Pelas relações de trabalho, as diferenças de que existem dentro desse modelo (...) você vem dentro de um modelo público do qual você traz uma perspectiva de atendimento do usuário em termos de uma saúde mais abrangente e de considerar os direitos né? Então quando você chega num modelo que faz as restrições, esse modelo traz impacto sim, não só pra vida do profissional, mas também pro usuário. (Assistente Social 02)

Observa-se, portanto, que os(as) profissionais apontam elementos que remetem à nova lógica gerencial que a Empresa institui no referido Hospital e seu impacto para os trabalhadores e usuários<sup>1</sup>.

Teixeira, Cruz e Lima (2018) destacam que os conflitos entre os trabalhadores se dão pelas diferenciações causadas entre estes, com a chegada da EBSEERH, através da implementação das metas; da insegurança quanto as novas determinações nos processos de trabalho, visto que este processo não foi dialogado com os trabalhadores; pelo desrespeito e falta de reconhecimento com os servidores estatutários; a exclusão dos espaços de planejamento e decisão na instituição e entre outros.

Além disso, foram identificadas também pelos profissionais, após esse período, modificações nos processos de trabalho institucionais, nas demandas e requisições que lhes chegavam:

---

\_\_\_\_\_ Independente de vínculo empregatício, se é RJU ou EBSEERH (...) houve uma certa  
1. Os aspectos suscitados pelos profissionais sobre a chegada da EBSEERH não se constituem como uma particularidade específica deste Hospital, mas tiveram expressividade nacional, como se observa nos registros e documentos da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde.

fragmentação dessas relações de trabalho né? (Assistente Social 04)

Então assim, a gente fragmentou bastante esse trabalho. (...) de relação às demandas sim. A gente perdeu muito de nosso trabalho socioeducativo! A gente perdeu muito o trabalho em rede, a gente tá tão sobrecarregada, saturada por essa rotina de produtividade, de internamentos e... a gente, no dia a dia é como se nós estivéssemos no imediatismo. Pelo menos essa é a minha visão até 2017, vivo isso aqui. (Assistente Social 06)

Então, em termos de quantitativo, no final de tudo, né? acabou tendo um ganho, porém a gente teve uma ampliação de serviço que isso traz também, novas demandas, né? isso gera um outro perfil de usuário e sim, né? porque essa complexifica os quadros e então gera um novo perfil e novas demandas. (Assistente Social 07)

**Considerando que o Serviço Social trabalha no cotidiano enfrentamento às expressões da Questão Social que se traduzem nas demandas que chegam para os profissionais, se faz necessário analisar nas falas dos(as) sujeitos de pesquisa que o fato das demandas terem se modificado após o reordenamento do modelo de atenção à saúde na instituição, tem um peso muito relevante no cotidiano profissional, visto que as demandas sociais**

são históricas e são produzidas por necessidades sociais que derivam da prática histórica das classes sociais, nos atos de produzir e reproduzir seus meios de vida e de trabalho, de forma socialmente determinada. Assim, quando os profissionais acionam o arsenal de instrumentos e técnicas, estes medeiam e potencializam ações que são parte do atendimento a estas demandas sociais determinadas historicamente (TRINDADE, 2002, p. 15).

**Ao compreender as determinações históricas, políticas e sociais nas demandas trazidas pelos usuários, as quais manifestam na forma individualizada em que chegam as necessidades coletivas dos sujeitos sociais, o(a) profissional necessita articular seus instrumentais técnicos na perspectiva de não apenas responder pontualmente às requisições, mas apreender essas determinações no âmbito da sua intervenção, conferindo-lhes a necessária direção ético-política.**

**Todavia, essa particularidade do trabalho do(a) assistente social é posta em risco na atual lógica gerencial da EBSEH, a qual determina novos limites às respostas profissionais, alterando substancialmente a prática cotidiana dos(as) trabalhadores, conformando, assim, um determinado perfil profissional, o qual fica também evidenciado na fala dos(as) assistentes sociais acerca do trabalho em equipe multiprofissional e dos desafios desse contexto à profissão:**

Com relação a mudança desse modelo de atenção, que eu percebia na enfermagem, modelo de atenção hospitalocêntrico, clínico, medicamentoso, pontual, onde pra ver o todo e o contexto do daquele usuário, da família era como se fosse opção apenas do Assistente Social pra ver isso, e as vezes quando a gente via e colocava a gente parecia que estava fora da caxinha, porque aquilo não era necessário no momento. [...] daquela criança e adolescente para ter alta o mais rápido possível e aquele leito ficar liberado para que outra criança possa ocupar. Eu via que o maior desafio era esse modelo de atenção, pontual, ali, recuperar a saúde o mais rápido possível, independentemente de qualquer coisa (Assistente Social 05)

tem os desafios materializados na dificuldade de espaço de inserção de reconhecimento da profissão, né? e até de desmistificar o papel que é imposto, que é uma imagem do assistente social, como a gente comentou antes, que é cobrado pela equipe que é o polialesco, fiscalizatório, moralista. Que o assistente social vem pra penalizar... Então muito dessa questão. (Assistente Social 06)

Apesar de compreender que o modelo de formação da maior parte das profissões da área da saúde, e as concepções que historicamente as orientam, têm um peso singular na complexidade das relações de trabalho do(a) assistente social nas equipes multiprofissionais, acreditamos que este modelo gerencial da empresa se relaciona com os pontos elencados pelos(as) profissionais, por considerar que reforça o modelo assistencial biomédico e imediatista na saúde, além de verticalizar e burocratizar as profissões e os processos de trabalho.

Com isso, identificamos que nessa estrutura as instituições buscam um determinado perfil para o(a) assistente social, vendo-o(a) como burocrata, fiscalizador(a) e moralizador(a), o que remonta ao passado conservador da profissão e confronta o perfil profissional que deve estar articulado aos pressupostos da Reforma Sanitária e do Projeto Ético-Político profissional.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises estabelecidas nesse estudo, foi possível compreender que a implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH na gestão dos Hospitais Universitários corresponde ao processo de privatização e empresariamento da política de saúde, pautados pelo projeto neoliberal, e que este incide diretamente: nos processos de trabalho em que se inserem os profissionais que operacionalizam os serviços da referida política; no acesso dos usuários aos serviços; e nas garantias e princípios constitucionais referentes à política de saúde enquanto política pública e universal, direito de todos e dever do Estado.

Nesse contexto, considerando as particularidades do trabalho do(a) assistente social, o qual deve atuar conforme um determinado Projeto Ético-Político Profissional, cujos valores<sup>2</sup> caminham na contramão da atual sociabilidade capitalista e neoliberal, os(as) profissionais encontram no cotidiano das instituições inúmeros desafios à sua atuação. Nas unidades hospitalares, esses desafios se manifestam nas requisições postas aos(as) assistentes sociais, por uma prática imediatista, pontual, burocrática e fiscalizadora, que reforçadas pela lógica gerencial e empresarial da EBSEH, remontam um perfil conservador da profissão, o qual tem sido fortemente refutado pelo conjunto da

2. José Paulo Netto (2009) discorre acerca do Projeto Ético-Político Profissional, apontando aspectos sobre sua estrutura, quais sejam: “tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central (...) este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional.” (NETTO, 2009, p. 155)

categoria profissional.

Com isso, é possível concluir que os efeitos nocivos da conjuntura exigem dos(as) assistentes sociais constante vigilância aos pressupostos ético-políticos profissionais, que

não se esgotam na afirmação do compromisso ético-político, é preciso que esse compromisso seja mediado por estratégias concretas, articulados à competência teórica/técnica e à capacidade de objetiva-las praticamente por meio da realização dos direitos sociais (BARROCO, 2004, p.31)

Reiteramos conclusivamente, por ora, que para além de uma discussão maniqueísta sobre o processo de transição da gestão hospitalar, buscou-se aqui contemplar o debate crítico e analítico acerca do modo como se processou historicamente tal transição e a que projeto de sociedade responde. Ademais, ensejamos trazer as implicações deste processo para o serviço social, dada a complexidade de seu trabalho e as históricas relações de subalternidade que permeiam a profissão, sobretudo nos serviços de saúde, como forma de problematizar o exercício profissional dos(as) assistentes sociais, frente à atual conjuntura, que se coloca cada vez mais desafiadora e requisitante de respostas profissionais qualificadas e articuladas com o Projeto Ético-Político da profissão.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. – 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

BARROCO, M. L. S. A inscrição da ética e dos direitos humanos no projeto ético-político do Serviço Social. In.: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 79, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 7.082/2011**: Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais- REHUF, dispõe sobre o financiamento compartilhado dos hospitais universitários federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime da pactuação global com esses hospitais. Brasília, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7082.htm) . Acesso em: 24/05/2019.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf>. Acesso em: 24/05/2019.

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua Relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In.: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional** / 4. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF: OPAS, OMS, Min. Da Saúde, 2009.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S.; GOMES, V. L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. In.: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 447-466, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0447.pdf> . Acesso em: 25/05/2019.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. In.: **Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Brasília: CFESS, 2013.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. – 23. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. – 7. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica** – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In.: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional** / 4. ed. – São Paulo: Cortez; Brasília < DF: OPAS, OMS, Min. Da Saúde, 2009.

OLIVEIRA, Gabriela de Abreu de. **A Compatibilidade dos princípios e modelo de Estado que subjazem ao SUS e a EBSEH (Empresa Brasileira De Serviços Hospitalares)**. 2014. 153 fls. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia / Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Porto Alegre, 2014.

PORTAL DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES. **Sobre a Rede Ebserh**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.ebserh.gov.br/sobre-a-rede-ebserh..> Acesso em: 24/05/2019.

RAICHELIS, Rachel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In.: **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017.

SIMIONATTO, Ivete. LUZA, Edinaura. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. In.: **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 2, p. 215 - 226, ago./dez. 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/9830/7329>. Acesso em: 25/05/2019.

TEIXEIRA, J. V.; CRUZ, C. A. M.; LIMA, R. C. D. Trabalhadores estatutários e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. In.: **Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 213-228, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/18657> . Acesso em: 26/05/2019.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio históricas do instrumental técnico operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. In.: **Rev. Temporalis**, Rio de Janeiro, ano III, n. 4, p. 26 27, 2002.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**THAISLAYNE NUNES DE OLIVEIRA** - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: políticas sociais, políticas públicas, direitos sociais, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Abortamento 30, 31, 32, 34, 36, 37, 38, 39

Aborto 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 39

Aids 38, 51, 52, 53, 54, 60, 61, 62

Álcool 40, 41, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 95, 107

### B

Brasil 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 45, 52, 53, 54, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 81, 83, 85, 91, 92, 96, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 120, 122, 123, 126, 127, 128, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 142

Brasileiro 4, 5, 19, 20, 22, 34, 53, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 74, 100, 101, 116, 127, 131, 135

### C

Câncer 27, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 78, 144

Caps 12, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 92, 94, 99, 103, 105, 107

CRAS 30, 34, 35

### D

Desinstitucionalização 97, 98, 100, 101, 106

Diagnóstico 22, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 67, 68, 69, 72, 102, 113, 115, 121, 144

Direito 3, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 19, 23, 24, 28, 29, 31, 46, 53, 55, 65, 66, 68, 74, 76, 95, 96, 103, 108, 109, 110, 111, 112, 117, 120, 121, 122, 123, 124, 135, 138, 141

Documento 1, 4, 5, 7, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 31, 90, 93, 96, 117, 126

Drogas 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 95, 104, 107, 113, 117, 123

### E

Educação 1, 17, 19, 20, 23, 24, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 60, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 91, 95, 102, 107, 109, 131, 133, 142

Empoderamento 17, 73, 74, 75, 78, 79, 81, 99, 127, 128, 129, 130, 132

Empresariamento 133, 134, 136, 137, 141

Envelhecimento 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 144

Estágio 23, 52, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 134

### F

Família 1, 3, 6, 8, 10, 11, 12, 14, 16, 18, 24, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 56, 57, 58, 60, 76, 77,

88, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 120, 122, 140, 144  
Fundamentais 10, 40, 64, 86, 108, 109, 110, 118, 126  
Fundamental 10, 19, 44, 61, 68, 74, 84, 88, 104, 109, 110, 111, 120, 121, 130

## H

HIV 38, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62  
Hospital 9, 10, 15, 36, 51, 52, 54, 63, 64, 68, 71, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 89,  
90, 92, 93, 94, 95, 96, 134, 139, 144

## I

Idoso 16, 110, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

## J

Judicialização 108, 109, 110, 117, 120, 121, 122, 123, 124

## M

Mental 1, 2, 6, 7, 8, 9, 12, 15, 17, 18, 19, 23, 33, 40, 41, 42, 43, 45, 49, 50, 66, 89, 90, 91, 92, 93,  
94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 126, 127, 128, 129, 132  
Mulher 8, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 35, 36, 37, 42, 43, 44, 45, 46, 47,  
48, 49, 50, 61, 63, 64, 68, 70, 78, 103  
Multiprofissional 25, 63, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 134, 140, 144

## N

Nascimento 1, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 46, 51  
Negra 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

## P

Participação 5, 7, 22, 23, 33, 35, 38, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 87, 92, 94, 95, 97, 99, 100,  
101, 102, 115, 116, 127, 129, 130  
Planejamento 5, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 36, 37, 55, 75, 76, 78, 86, 139  
Política 23, 28, 29, 38, 45, 51, 52, 53, 55, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 78, 86, 90, 91, 92,  
96, 98, 99, 105, 106, 107, 111, 113, 114, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 131, 133, 134, 136, 137,  
138, 140, 141, 142, 143, 144  
Promoção 10, 22, 25, 29, 32, 53, 65, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 87, 93, 95, 110, 123, 125, 126,  
127, 128, 129, 130, 131, 132  
Psicoativas 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50

## R

Racial 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71

Racismo 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72

Relações Sociais 4, 6, 42, 47, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 61, 69, 84, 102

Reprodutivo 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 55

Residência 63, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 102, 134, 144

Rurais 1, 2, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 74

Rural 1, 2, 5, 6, 8, 9, 10, 13, 15, 16, 17, 18, 19

## S

Saúde 1, 2, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Saúde Mental 1, 2, 15, 17, 23, 33, 40, 41, 43, 45, 49, 66, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 127, 132

Sistema Único de Saúde 108

Social 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

SUS 23, 29, 36, 37, 38, 50, 53, 61, 65, 71, 72, 74, 75, 77, 79, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 92, 94, 95, 100, 105, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 136, 143

## T

Transtorno 42, 90, 91, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 107

# Processos de Subjetivação no Serviço Social

## 3

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](#) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**

# Processos de Subjetivação no Serviço Social

## 3

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](#) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

**Ano 2020**